

//colecção/direito das novas tecnologias/

O CÓDIGO DA PRIVACIDADE E DA PROTECÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA LEI E NA JURISPRUDÊNCIA (NACIONAL E INTERNACIONAL)

Mário M. Vargês Gomes



MÁRIO MANUEL VARGES GOMES

JUIZ DESEMBARGADOR

O CÓDIGO DA PRIVACIDADE E DA PROTECÇÃO DE DADOS PESSOAIS

NA LEI E NA JURISPRUDÊNCIA
(NACIONAL E INTERNACIONAL)



CENTRO**ATLÂNTICO**.PT

Portugal/2006

Reservados todos os direitos por Centro Atlântico, Lda.
Qualquer reprodução, incluindo fotocópia, só pode ser feita com autorização
expressa dos editores da obra.

O Código da Privacidade e da Protecção de Dados Pessoais, na Lei e na Jurisprudência (nacional e internacional)

Colecção: Direito das Novas Tecnologias
Autores: **MÁRIO MANUEL VARGES GOMES**

Direcção gráfica: Centro Atlântico
Revisão final: Mário Manuel Vargues Gomes
Capa: António José Pedro

© Centro Atlântico, Lda., 2006
Av. Dr. Carlos Bacelar, 968 - Escr. 1 - A
4764-901 V. N. Famalicão
© Rua da Misericórdia, 76 - 1200-273 Lisboa
Portugal
Tel. 808 20 22 21

geral@centroatlantico.pt
www.centroatlantico.pt

Design e Paginação: Centro Atlântico

Impressão e acabamento: Inova
1ª edição: Março de 2006
ISBN: 989-615-022-2
Depósito legal: 239.591/06

Marcas registadas: todos os termos mencionados neste livro conhecidos como sendo marcas registadas de produtos e serviços, foram apropriadamente capitalizados. A utilização de um termo neste livro não deve ser encarada como afectando a validade de alguma marca registada de produto ou serviço.

O Editor e o Autor não se responsabilizam por possíveis danos morais ou físicos causados pelas instruções contidas no livro nem por endereços Internet que não correspondam às *Home-Pages* pretendidas.

Apesar de terem sido tomadas todas as precauções, podem ter existido falhas humanas ou técnicas na transcrição da legislação ou nas suas referências. Por essas, ou por quaisquer outras falhas eventualmente existentes neste livro, quer o Editor quer os Autores, não assumem qualquer responsabilidade.

Nos termos e para os efeitos do disposto nos artºs 10º nº 1 al. b) e 15º al. b) da Lei 122/00, de 4/07, consigna-se que a grande maioria dos diplomas legislativos aqui publicados são oriundos quer da base de dados da Imprensa Nacional – www.gde.mj.pt – quer também da base de dados da UE – www.europa.eu.int - e da CNPD - www.cnpd.pt.

PREFÁCIO

Em boa hora o juiz desembargador, Dr. Mário Vargês Gomes, que, além de distintíssimo magistrado, é um homem de rara sensibilidade e de profunda preocupação pelo respeito dos direitos humanos, meteu ombros a esta complexa tarefa de organizar a colectânea a que, em expressão feliz, deu o nome de *Código da Privacidade*.

Bem necessária e oportuna é esta chamada de atenção para direitos fundamentais da pessoa humana num tempo em que as derivas securitárias decorrentes do 11 de Setembro e dos atentados terroristas que se lhe têm seguido perturbam os espíritos e ameaçam destruir uma das mais importantes conquistas da civilização dos nossos dias, fazendo alterar perigosamente o equilíbrio deste binómio sensível: segurança – privacidade.

No antigo mundo rural, por força da difícil mobilidade e da pequena dimensão dos aglomerados, as pessoas conheciam-se todas umas às outras, sabiam tudo uns sobre os outros: a necessidade de privacidade, de reserva da vida privada, não encontrava aí lugar. As pessoas estavam em condições de avaliar da exactidão das informações que circulavam: mais cedo ou mais tarde, se fosse caso disso, a verdade seria apurada e restabelecida.

Foi a facilidade dos transportes e a formação de grandes aglomerados urbanos que trouxeram consigo o sentimento da necessidade de respeito pela vida privada, problema que se foi tornando mais presente na exacta medida em que as grandes cidades foram crescendo: as pessoas deixaram de saber quem são uns e quem são outros. A possibilidade de esconder a verdade, de enganar e de ser enganado, de difamar e de ser difamado passou a ser uma realidade.

Mas ainda no século XIX, e até em parte do século XX, o sentimento da falta de privacidade não era consciencializado de forma aguda. O boato e a maledicência floresciam sem dúvida, mas limitados ao boca a boca ou à

intimidade dos salões. Era uma inevitabilidade e uma ocupação de muitos espíritos.

Foram as inovações na forma de comunicar que vieram a emprestar pre-mência ao desejo de privacidade, na medida em que a informação sobre a vida das pessoas tinha encontrado um veículo privilegiado para a sua rápida e extensiva difusão: a comunicação social.

O desenvolvimento e a difusão da imprensa escrita desempenharam um papel determinante na consciencialização da necessidade de preservar o respeito pela vida privada; particularmente certa imprensa – hoje dita “cor-de-rosa” e claramente florescente – criou então o hábito de publicar regularmente as chamadas colunas sociais, que relatavam eventos da vida da alta sociedade, sem deixar de veicular também rumores, boatos e intrigas. Passou a ser fácil destruir a reputação de uma pessoa ou lançar na praça pública os pormenores mais íntimos da sua vida privada.

Foi preciso chegarmos a 1948 para que, pela primeira vez, um instrumento jurídico, ainda que não vinculativo, consagrasse o direito ao respeito pela vida privada: a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que proclamou “como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações” o respeito desses direitos e enunciou, entre eles, o do respeito pela vida privada.

O primeiro instrumento jurídico vinculativo veio a surgir dois anos mais tarde com a assinatura em Roma, em 4 de Novembro de 1950, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, que no n.º 1 do seu artigo 8.º afirma que “toda a pessoa tem direito ao respeito da sua vida privada e familiar, do seu domicílio e da sua correspondência”.

Se o século XX trouxe assim o reconhecimento, como direito fundamental, do direito à reserva da vida privada, Samuel Warren e Louis Brandeis é que não viveram o suficiente para testemunhar a consagração do seu “*right to privacy*”. Nem viveram o suficiente para ver como hoje as novas tecnologias põem a nu e na praça pública, se for caso disso, todos os movimentos das pessoas desde que saem de casa até que a ela regressam – e mesmo certas actividades no seio do lar – criando a necessidade de um novo direito a que Warren e Brandeis provavelmente chamariam *the right to anonymity*, o direito ao anonimato.

Essas novas e mais poderosas ameaças surgiram com o desenvolvimento e difusão das tecnologias da informação, com particular relevo para a as grandes bases de dados pessoais – constituídas por informações da mais variada natureza, cada vez mais facilmente acedidas e entrecruzadas – para a Internet e para a vigilância electrónica. Esta última é, em nome da segurança, efectuada tanto por câmaras de vídeo como por detectores de som, tanto por sensores de consumo de fluidos no interior dos lares – água, electricidade ou gás – como pela conservação e intercepção de comunicações, ou ainda até pela localização de pessoas ou veículos, através do *GPS (Global Positioning System)*.

Como revela a comunicação social, o uso intensivo da vídeo-vigilância permite que cada londrino, desde que sai de casa até que regressa no final do dia, possa esperar ter sido filmado em média 300 vezes por câmaras de vídeo: e é que cada vez mais nos sentimos todos londrinos.

A nossa Constituição, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, as directivas comunitárias e variada legislação avulsa, como muito oportunamente salienta o Dr. Vargues Gomes, bem se esforçam por confirmar a protecção da privacidade e dos dados pessoais como um direito fundamental: o uso, e muitas vezes, o abuso das novas tecnologias, sempre em nome da segurança, tornam premente o cumprimento rigoroso das normas que definem os limites de cada um dos valores fundamentais em presença, permitindo assim restabelecer o justo equilíbrio no binómio segurança - privacidade.

Como já alguém disse com autoridade, em Portugal muitas leis não passam das páginas do Diário da República. É certo que também muitas vezes por ignorância. Daí o inestimável mérito da sua recolha e difusão que com esta obra se pretende.

Oxalá que, com este seu excelente *Código da Privacidade*, o Dr. Vargues Gomes consiga alertar os responsáveis pelas múltiplas actividades que nele são referenciadas para o dever fundamental de respeitar, fazer cumprir e promover a difusão deste direito fundamental.

J. de Seabra Lopes

Em memória do meu pai

Para a minha mãe

Para a minha mulher

Para os meus filhos:

Hugo/Dora

e

André/Dina

ÍNDICE DO LIVRO

Prefácio	5
Introdução	23

DIPLOMAS FUNDAMENTAIS

Declaração Universal dos Direitos do Homem	36
Convenção Europeia dos Direitos do Homem	41
Protocolo nº 1, de 20/03/52	48
Protocolo nº 4, de 16/09/63	50
Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos	52
Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais	62
Convenção sobre os Direitos da Criança	71
Carta Social Europeia	88
Anexo	107

DIPLOMAS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	114
Resolução da Assembleia da República nº 69/00, de 28/10	125

DIPLOMAS FUNDAMENTAIS NACIONAIS

Constituição da República Portuguesa	128
A evolução legislativa do artº 35º da CRP	143
Código Civil	145
Código de Processo Civil	172
Código do Procedimento Administrativo	176

DIPLOMAS FUNDAMENTAIS DE PROTECÇÃO DE DADOS

Convenção “108” do Conselho da Europa, de 28/01/81	184
Protocolo adicional	193
Directiva Comunitária 95/46/CE, de 24/10/95	196
OCDE – Linhas Directrizes, de 23/09/80	223
Protecção de dados pessoais nos órgãos comunitários – Regulamento CE 45/01, de 18/12	252
Evolução legislativa nacional	278
Lei 2/73, de 10/02	278
DL 555/73, de 26/10	280
Lei 3/73, de 5/04	299
Lei 10/91, de 29/04	301
Lei 28/94, 29/08	313
Resolução da Assembleia da República nº 53/94, de 19/08	314
Lei 67/98, de 26/10	319
Lei de Organização e Funcionamento da CNPD – Lei 43/04, de 18/08	339

JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Ac. 182/89, de 1/02 – Inconstitucionalidade por omissão	352
Ac. 355/97, de 7/05 – Registos Oncológicos Regionais	357
Ac. 347/01, de 10/07 – Escutas telefónicas	373
Ac. 241/02, de 29/05 – Acesso a comunicações	381
Ac. 255/02, 12/06 – Segurança privada	398
Ac. 368/02, de 25/09 – Saúde no trabalho	410
Ac. 207/03, de 28/04 – Casinos/jogo	441
Ac. 306/03, de 25/06 – Código do Trabalho	445
Ac. 607/03, de 5/12 – Diários íntimos (apreensão e prova em proc. penal)	530
Ac. 631/05, de 15/11 – Investigação de paternidade e privacidade	553

ÍNDICE DO CONTEÚDO EM FICHEIRO

Áreas Temáticas

Administração Pública

Acesso aos documentos da Administração – Lei 65/93, de 26/08
Acesso aos documentos públicos – Rec. (2002) 2, de 21/02
Base de dados da Administração Pública (BDAP) – Lei 47/98, de 7/03
Bolsa de emprego público (BEP) – Dec.Lei 78/03, de 23/04
Controle da riqueza dos titulares cargos políticos – Lei 4/83, de 2/04
Incompatibilidades e impedimentos de titulares de cargos políticos e altos cargos públicos – Lei 64/93, de 26/08
Informação na Administração do Estado – Lei 4/04, de 15/01
Protecção da vida privada nos bancos de dados electrónicos no sector público – Resol. (74) 29, de 20/09
Sistema de Informação para a Transparência dos Actos da Administração Pública (SITAAP) – Lei 104/97, de 13/09

Arquivos

Arquivo de documentos electrónicos – Rec. (2003)15, de 9/09
Serviço de Extinção da Pide/DGS/LP – Lei 4/91, de 17/01
Regime Geral dos Arquivos – Dec.Lei 16/93, de 23/01

Asilo

Convenção de Dublin, de 15/06/90
Eurodac – Regulamento (CE) nº 2725/2000, de 11/12
Regulamento de Execução – Regul. (CE) nº 407/02, de 28/02

Bancos

Arquivo e destruição de cheques, letras e livranças – Dec.Lei 279/00, de 10/11
Centralização de riscos de crédito – Dec.Lei 29/96, de 11/04
Código dos Valores Mobiliários – Dec.Lei 486/99, de 13/11
Informação bancária/crédito à habitação – Dec. Lei 279/03, de 8/11
Regime Geral das Instituições de Crédito – Dec.Lei 298/92, de 31/12
Regime Jurídico do Cheque – Dec. Lei 454/91, de 28/12
Serviços Mínimos Bancários – Dec.Lei 27-C/00, de 10/03

Comércio

Comércio Electrónico – Directiva 2000/31/CE, de 8/06
Comércio Electrónico – Dec. Lei 7/04, de 7/01

Comunicação Social

Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses, de 4/05/93
Não revelação das fontes de informação – Rec. nº R (2000) 7, de 8/03
Entidade Reguladora da Comunicação Social – Lei 53/05, de 8/11
Estatuto do jornalista – Lei 1/99, de 13/01
Informação sobre processos penais – Rec. (2003) 13, de 10/07
Lei de Imprensa – Lei 2/99, de 13/01
Lei da Rádio – Lei 4/01, de 23/02
Lei da Televisão – Lei 32/03, de 22/08

Comunicações

Anti-SPAM Regulation – OCDE, de 15/11/05
Comunicações Electrónicas – Directiva 2002(58) CE, de 12/07
Comunicações Electrónicas – Lei 41/04, de 18/08
Documentos Electrónicos e Assinatura Digital – Dec. Lei 290-D/99, de 2/08
Decreto Regulamentar nº 25/04, de 15/07
Entidade de Identific. Electrón. do Estado – Resol. Cons.Min. 171/05, de 3/11
Privacidade e Internet – Recomendação Nº R (99) 5, de 23/02
Redes e Serviços de Comunic. Electrón. – Directiva 2002/77/CE, de 16/09
Mercado de Redes e Serviços de Comunic. Electrón. – Lei 5/04, de 10/02
Segurança de Redes e Informação – Resolução do Conselho de 18/02/03
Transmissão Electrónica de Documentos – Dec.Lei 66/05, de 15/03

Cooperação Judiciária

Convenção relativa ao Auxílio Judiciário Mútuo em matéria penal – Resol. da Ass. da República 63/01, de 16/10
Cooperação judiciária internacional penal – Lei 144/99, de 31/08
EUROJUST – Decisão do Conselho de 28/02/02
Regulamento Interno sobre o tratamento de dados pessoais, de 24/02/05
Regulamento da Instância Comum de Controlo, de 2/03/04
Intercâmbio de informações do registo criminal – Decisão 2005/876 JAI, do Conselho, de 21/11
Mandado de detenção europeu – Decisão-Quadro do Conselho de 13/06/02
Lei 65/03, de 23/08
Protecção de dados – *vd* a Proposta de Decisão Quadro *in* *Cooperação Policial*

Cooperação policial

- Convenção no domínio Aduaneiro – Resol. da Ass. da Rep. 32/99, de 21/04
- Acto do Conselho de 12/03/91 sobre branqueamento de dinheiro
- Convenção EUROPOL – Resol. da Ass. da Rep. 60/97, de 19/9
- Regulamento dos ficheiros de análise – Decisão de 3/11/98
- Regulamento Interno da Instância Comum de Controlo
- Lei 68/98, de 26/10 – Entidade Nacional de Controlo
- Convenção SCHENGEN – Resol. da Ass. da Rep. nº 35/93, de 25/11
- Controlo e fiscalização do SIS – Lei 2/94, de 19/02
- Gabinete Sirene – Dec.Lei 292/94, de 16/11
- SIS II – Resol. do Cons. de Ministros nº 120/97, de 15/07
- SIS II – Decisão do Conselho de 6/12/01
- Fraude comunitária – Dec.Lei 151/99, de 10/05
- P J/DGCI/DGAIEC – Dec. Lei 93/03, de 30/04
- Protecção de dados pessoais na cooperação policial e judiciária penal - Proposta de Decisão Quadro de 4/10/05
- Terrorismo
 - Documentos de viagem – Rec.(2005) 7, de 30/03
 - Pessoas associadas a Bin Laden – Regulamento (CE) 881/2002, do Conselho, de 27/05
 - Troca de informações – Decisão 2005/671/JAI, de 20/09

Desporto

- Lei de bases do desporto – Lei 30/04, de 21/07
- Prevenção racial e xenofobia no desporto – *vd Discriminação*
- Violência no desporto – *vd Vigilância*

Direitos de autor

- Directiva 2001/29/CE, de 22/05/01
- Protecção Jurídica das Bases de Dados – Dec.Lei 122/00, de 4/07

Discriminação

- Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial – Lei 7/82, de 29/04
- Convenção Quadro para a protecção das minorias nacionais – Resolução da Assembleia da República nº 42/01, de 25/06
- Directiva 2000/43/CE, de 29/06 – tratamento da origem racial e étnica
 - Lei 18/04, de 11/05
- Equilíbrio de mulheres e homens na decisão política e pública – Rec. (2003) 3, de 12/03
- Prevenção do racismo e xenofobia e intolerância racial no desporto – Rec. nº R (2001) 6, de 18/07
- Proibição de discriminação racial, cor, nacionalidade e origem étnica – Lei 134/99, de 28/08
 - Dec.Lei 111/00, de 4/07
- Protecção de mulheres contra a violência – Rec. (2002) 5, de 30/04

Eleições

Financiamento de campanhas eleitorais – *vd Partidos Políticos*

Voto electrónico – Rec. (2004) 11, de 30/09

Emprego

Dados pessoais utilizados para fins de emprego – Rec. nº R (89) 2, de 18/01

Estatística

Estatística relativa a acidentes de trabalho – Dec.Lei 362/93, de 15/10

Instituto Nacional de Estatística – Dec.Lei 294/01, de 20/11

Protecção de dados pessoais para fins estatísticos – Rec. nº R (97) 18, de 30/09

Estatutos e segredos profissionais

Administradores de Insolvência – Lei 32/04, de 22/07

Advogados – Lei 15/05, de 26/01

Corretores de Bolsa – Dec.Lei 8/74, de 14/01

Enfermeiros – Dec.Lei 104/98, de 21/04

Funcionários Públicos – Dec.Lei 24/84, de 16/01

Gestores Judiciais – Dec.Lei 254/93, de 15/07

Dec.Lei 188/96, de 8/10

Gestor Público – Dec.Lei 464/82, de 9/12

Magistrados

Juízes – Lei 21/85, de 30/07

Ministério Público – Lei 47/96, de 15/10

Médicos – Dec.Lei 282/77, de 5/07

Código Deontológico

Regulamento sobre a publicidade da actividade médica

Notários – Dec.Lei 26/04, de 4/02

Dec.Lei 27/04, de 4/02

Solicitadores

Est.Câmara dos Solic. - Dec.Lei 88/03, de 26/04

Técnicos Oficiais de Contas – Dec.Lei 452/99, de 5/11

Segredo bancário – *vd Bancos (Reg.Geral Inst.Créd.)*

Segredo estatístico – *vd Estatística*

Segredo fiscal – *Vd Fiscal*

UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento – Dec.Lei 16/05, de 18/01

Estrangeiros

Comunicação de alojamento – Dec. Lei 34/03, de 25/02

Registo de estrangeiros menores ilegais – Dec. Lei 67/04, de 25/03

Port. 995/04, de 9/08

Estupefacientes

Diagnóstico e exames periciais da toxicodependência – Port. 94/96, de 26/03

IPDT - Consumo/contra-orden. – Port. nº 604/01, de 12/06

Fiscal

Interconexão fiscal e Segurança Social – Dec. Lei 92/04, de 20/04
Lei 15/01, de 5/06:
Lei Geral Tributária
Código de Procedimento e Processo Tributário

Laboral

Código de Trabalho – Lei 99/03, de 27/08
Lei 35/04, de 29/07
Quotização sindical – Lei 81/01, de 28/07

Marketing

Protecção de dados pessoais para fins de marketing directo – Rec. nº R (85) 20, de 25/10

Medicina Legal

Instituto de Medicina Legal – Dec. Lei 395/99, de 13/10
Perícias Médico-Legais – Lei 45/04, de 19/08
Utilização de cadáveres para o ensino e a investigação – Dec. Lei 274/99, de 22/07

Militares

Regulamento da Lei do Serv. Militar – Dec. Lei 289/00, de 14/11

Partidos políticos

Lei 2/03, de 22/08
Financiamento de partidos políticos e campanhas eleitorais – Rec (2003) 4, de 8/04

Passaportes

Base de dados para a emissão de passaportes (BADEP) – Dec. Lei 86/00, de 12/05
Dados biométricos em passaportes – Regulam. (CE) nº 2252/04, de 13/12
Passaportes – Dec. Lei 83/00, de 11/05
Passapaporte temporário – Dec. Lei 332-A/00, de 30/12
Passapaporte Electrónico – Resolução do Cons. de Min. 154/05, de 30/09

Penal

Branqueamento de capitais – Lei 11/04, de 27/03
Dec. Lei 275-A/00, de 9/11
Código Penal
Convenção sobre a cibercriminalidade, de 23/11/01
Protocolo adicional de 28/01/03
Criminalidade Informática – Lei 109/91, de 17/08
Criminidade organizada económico-financeira – Lei 5/02, 4/01
Código de Processo Penal
Acções encobertas – Lei 101/01, de 25/08
ADN e justiça penal – Recom. nº R (92) 1, de 10/02
Condenados com doença em fase terminal – Lei 36/96, de 29/08

Intercepção legal de telecomunicações – Resol. do Conselho de 17/01/95

Jurados – Dec. Lei 387-A/87, de 29/12

Protecção de testemunhas – Lei 93/99, de 14/07

Dec. Lei 190/03, de 22/08

Rec (2005) 9, de 20/04

Técnicas especiais de inquérito em infracções graves e terrorismo – Rec. (2005) 10, de 20/04

A vítima no direito penal e processual penal – Rec. nº R (85) 11, de 28/06

Polícias

Código Deontológico das Forças Policiais – Resol. Cons.Min. 37/02, de 28/02

Código Europeu de Ética da Polícia – Rec. (2001) 10, de 19/01

Condições da detenção em estabelecimentos policiais – Desp. 8684/99, de 3/05

GESTIGAI – Dec. Lei 236/00, de 26/09

GNR – Dec. Regulam. 2/95, de 25/01

PJ – Dec. Lei 352/99, de 3/09

PJ Militar – Dec. Lei 200/01, de 13/07

Protecção de dados pessoais no sector da polícia – Rec. (87) 15, de 17/09

PSP – Dec. Regulam. 5/95, 31/01

SEF – Dec. Regulam. 4/95, de 31/01

SIIAF/DGA – Dec. Regulam. 22/95, de 23/08

Prisões

DGSP – Dec. Lei 144/01, de 26/04

Procuradoria Geral da República

Extradicações – Dec. Lei 295/99, de 3/08

Fixação de competência do trib.singular – Dec. Lei 298/99, de 4/08

Processos crime contra agentes de autoridade – Dec. Lei 294/99, de 3/08

Suspensão provisória de processos – Dec. Lei 299/99, de 4/08

Transferência de pessoas condenadas – Dec. Lei 293/99, de 3/08

Protecção de crianças e jovens em perigo

Lei 147/99, de 1/09

Protecção de pessoas deslocadas

Lei 67/03, de 23/08

Recenseamento

Base de Dados do Recenseamento Eleitoral (BDRE) – Lei 13/99, de 22/03

Refugiados

Estatuto de refugiados – Convenção de Genebra

Registos centrais

Centro Emissor Consular – Dec. Lei 1/95, 12/01

Código de Registo Civil – Dec. Lei 131/95, de 6/06
Dec. Lei 13/01, de 25/01
Identificação Civil – Lei 33/99, de 18/05
Identificação Criminal – Lei 57/98, de 18/08
Dec. Lei 381/98, de 27/11
Dec. Lei 62/99, de 2/03
Intercâmbio de informações do registo criminal – *Vd Cooperação Judiciária*
Código de Registo Predial – Dec. Lei 533/99, de 11/12
Medidas Tutelares Educativas – Dec. Lei 323-E/00, de 20/12
Objectores de consciência – Lei 7/92, de 12/05
Dec. Lei 191/92, de 8/09
Registo Automovel – Dec. Lei 54/75, de 12/02
Registo Individual do Condutor – Dec. Lei 317/94, de 24/12
Registo Informático de Execuções – Dec. Lei 201/03, de 10/09
Registo Nacional de Pessoas Colectivas – Dec. Lei 129/98, de 13/05
Registo Nacional de Pessoas Colectivas Religiosas – Dec. Lei 134/03, de 28/06
Resolução Extrajudicial de Conflitos – Dec. Lei 146/99, de 4/05
Teses de doutoramento – Dec. Lei 52/02, de 2/03

Religião

Concordata – Resol. da Ass. Rep. 74/04, de 16/11
Lei da Liberdade Religiosa – Lei 16/01, de 22/06

Ruído

Avaliação e gestão do ruído ambiente – Directiva 2002/49/CE, de 25/06
Regulamento Geral – Dec. Lei 292/00, de 14/11

Saúde

Acompanhamento de grávida no parto – Lei 14/85, de 6/07
Bronzeamento artificial – Dec. Lei 205/05, de 28/11
Port. 1301/05, de 20/12
Cartão do Serviço Nacional de Saúde – Dec. Lei 198/95, de 29/07
Colheita de órgãos e tecidos – Lei 12/93, de 22/04
Requisitos da dádiva, colheita e análise – Directiva 2006/17/CE da Comissão, de 8/02/06
Listas de espera para transplantes – Rec. (2001) 5, de 7/03
Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e a Biomedicina, de 4/04/97 – Resol. da Assembleia da República, de 1/01, de 3/01
Protocolo Adicional
Cuidados paliativos – Rec. (2003) 24, de 12/11
Doenças de declaração obrigatória – Port. 1071/98, de 31/12
Port. 258/05, de 16/03
Doenças de evicção escolar – Dec. Regul. 3/95, de 27/01
Doente e Internet – Recomendação R (2004) 17, de 15/12
Ensaio clínicos – Lei 46/04, de 19/08
Comissão de Ética para a Investigação Clínica (CEIC) – Port. 57/05, de 20/01
Entidade Reguladora da Saúde (ERS) – Port. 38/06, de 6/01
Informação genética e de saúde – Lei 12/05, de 26/01

Lei de Bases da Saúde – Lei 48/90, de 24/08
Plano Oncológico Nacional – Resolução do Cons. Min. nº 129/01, de 17/08
Protecção de dados pessoais relativos à saúde – Rec. (97) 5, de 13/2
Registo Nacional de Não Dadores (RENDA) – Dec.Lei 244/94, de 26/09
Saúde mental – Lei 36/98, de 24/07
SIDA e dadores de sangue – Recomendação R (85) 12, de 13/09
Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia/Lista de Inscritos para Cirurgia (SIGIC/LIC) – Port. 1450/04, de 25/11
Terapêuticas não convencionais – Lei 45/03, de 22/08
Verificação da morte – Lei 141/99, de 28/08

Segredo de Estado

Lei 6/94, de 7/04

Segurança da Informação

SEGNAC 4 – Resol do Cons. Min. nº 5/90, de 28/09

Segurança Interna

Lei 20/87, de 12/06

Segurança Privada

Lei 35/04, de 21/02
Port. 969/98, de 16/11
Port. 135/99, de 26/02
Portaria 1325/01, de 4/12
Portaria 1522-B/02, 20/12

Segurança Social

Complemento Solidário para Idosos – Dec. Lei 232/05, de 29/12
Dec. Regul. 3/06, de 6/02
IIES – Dec.Lei 41-A/99, de 1/02
Interconexão fiscal e Segurança Social – Vd *Fiscal*
Lares de Idosos – Desp.Normativo 12/98, de 25/02
Lei de bases da Segurança Social – Lei 32/02, de 20/12

Seguros

Protecção de dados pessoais para fins de seguros – Rec. (2002) 9, de 18/09
Regras de tratamento da informação – Dec. Lei 176/95, de 26/07

Serviços de Informações

SIRP – Lei 30/84, de 5/09
Resol. Cons. Min. 47/88, de 5/11
SIEDM – Dec.Lei 254/95, de 30/09
SIS – Dec.Lei 225/85, de 4/07

Transportes

Direcção-Geral de Transportes Terrestres (DGTT) – Dec. Lei 2/00, de 29/01

Viagens

Passenger Name Record – Decisão da Comissão de 14/05/04

Vigilância

Bares, restaurantes e *boites* – Dec. Lei 263/01, de 28/09

Portaria 26/99, de 16/01

Explosivos – Dec. Lei 139/02, de 17/05

Florestas – Resolução do Cons. de Ministros 58/05, de 8/03

Resolução do Cons. de Ministros 63/05, de 14/03

Resolução da Ass. da Rep. nº 57/05, de 7/10

Casinos/jogo – Dec. Lei 422/89, de 2/12

Parques de campismo – Dec. Reg. 14/02, de 12/03

Videovigilância – Lei 1/05, de 10/01

Vigilância electrónica – Lei 122/99, de 20/08

Vigilância rodoviária – Dec. Lei 207/05, de 29/11

Violência no desporto – Lei 16/04, de 11/05

Violência contra as mulheres

Dec. Lei 323/00, de 19/12

Dec. Regul. 1/06, de 25/01

Vistos

Sistema de Informação sobre Vistos (VIS) – Decisão do Conselho de 8/06/04

Jurisprudência

Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

Valenzuela Contreras c. Espagne – escutas telefónicas

Worwa c. Pologne – Má vizinhança, falta a exame psiquiátrico e detenção policial

Antunes Rocha c. Portugal – Inquérito prévio a contratação para a NATO

Supremo Tribunal de Justiça

Ac. 7223/02, de 25/09/03 – Comunicação não autorizada de relatório médico a seguradora

Ac. 6700/04, de 14/06/05 – Reportagem fotográfica de jogador de futebol e família

Ac. de 8/02/06 – Videovigilância no local de trabalho

Tribunal da Relação de Coimbra

Ac. de 3/05/05 – videovigilância em varanda da habitação

Tribunal da Relação de Guimarães

Ac. de 31/03/04 – videovigilância em condomínio

Ac. de 25/05/05 – privacidade dos restos mortais

Tribunal da Relação de Lisboa

Ac. de 2/05/02 – gravidez de actriz e amniocentese

Ac. de 23/06/04 – utilização de RX para detectar droga em encomendas postais

Tribunal da Relação do Porto

Ac. de 7/04/05 – junção de documentos em acção de alimentos

Procuradoria-Geral da República

Parecer nº 21/00, de 16/06 – sigilo das telecomunicações

Parecer nº 95/03, de 17/02/04 – direito à imagem

Comissão Nacional de Protecção de Dados

Princípios sobre privacidade no local de trabalho

Parecer 44/03 – Marketing directo (Cód. de Conduta)

Princípios para a utilização de dados biométricos

Princípios do marketing político/spam

O CÓDIGO DA PRIVACIDADE E DA PROTECÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA LEI E NA JURISPRUDÊNCIA

(NACIONAL E INTERNACIONAL)

Às “*derivas securitárias*” – tantas vezes descuidadamente aplaudidas – particularmente decorrentes do “11/09”, seguem-se hoje, finalmente, preocupações acrescidas de respeito pelos direitos fundamentais, muito em especial no domínio do **direito à privacidade** e às **informações respeitantes a cada um de nós**.

Foi este o “grito”, mais uma vez, lançado pelo então Presidente da República Portuguesa Dr. Jorge Sampaio, na abertura do Ano Judicial:

«*Nada é mais gerador de insegurança do que o desrespeito pela liberdade*», lembrando nesta matéria a necessidade de respeito pelo direito fundamental à “*vida privada*” e ao “*bom nome*” das pessoas.

Este “*Código*”, obra única e primeira no género, constituída por uma exaustiva colectânea de textos legais, doutrinários e jurisprudenciais, de âmbito nacional e internacional, sobretudo comunitário, apresentado por diversas áreas temáticas, constitui pois um precioso instrumento de leitura e de trabalho para todos aqueles que “insistem” em comungar destas preocupações.

Mário Manuel Vargues Gomes, Magistrado desde há mais de trinta anos, exerce actualmente funções como Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa.

Designado pelo Conselho Superior da Magistratura como vogal da Comissão Nacional de Protecção de Dados, representou o Estado Português nos organismos europeus da EUROPOL, onde foi eleito, por unanimidade de todos os países europeus, Presidente do Comité de Recursos, e da EUROJUST.